



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES

MARIA LARA MARCOS DA COSTA

MULHER NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE BARREIRA (1988 A 2000)

REDENÇÃO

2017

MARIA LARA MARCOS DA COSTA

MULHER NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE BARREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO

2017

MARIA LARA MARCOS DA COSTA

MULHER NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE BARREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____ de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e Presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Examinador Interno: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

Examinador Externo: Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	7
3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA	8
4 OBJETIVOS	10
4.1 OBJETIVOS GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5 HIPÓTESE	11
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	12
6.2 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO CEARÁ	15
6.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS TOMADAS DE DECISÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIRRA - CE	16
6.3.1 Processo Decisório em Barreira: 1988-2000	18
6.3.2 Processo Decisório em Barreira: 2004-2016	20
7 METODOLOGIA	22
REFERÊNCIAS	24

1 APRESENTAÇÃO

Diante as desigualdades entre os sexos no meio público e nas relações sociais, o presente estudo busca analisar a inserção das mulheres na política, no cargo de vereadora na Câmara Municipal de Barreira - CE, comuna que surgiu por volta do ano de 1901, a qual era chamada de Barreira Vermelha. Esta situa-se no Distrito de Redenção - CE, onde, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em 20 de dezembro de 1938, passou a ter como título apenas Barreira, pelo Decreto nº 448. Apenas em 15 de abril de 1987 passou a ser município, desmembrando-se de Redenção pela Lei Estadual nº 11.307, passando a ter cinco distritos (Córrego, Lagoa do Barro, Lagoa Grande, Cajueiro e Araré).

O município fica localizado na microrregião do Maciço de Baturité. De acordo com censo do IBGE (2017), tem cerca de 20.978 habitantes, possuindo, como principais produtos de cultivo, a mandioca e o caju, sendo o caju a principal fonte de economia da região.

Dessa forma, a busca pela equidade entre os sexos vem sendo disseminada cada vez mais no decorrer dos anos. Pode-se afirmar que um dos primeiros passos para essa equipolência se deu a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que instituiu a igualdade de gênero. No argumento de Oro (2010, p. 3), essa constituição “excluía qualquer forma de discriminação, além de prever que o Estado assegure políticas públicas de forma que beneficiam igualmente ambos os gêneros”, garantindo à mulher uma melhor forma de tratamento.

É perceptível que, mesmo depois desse progresso, ainda existe uma grande diversificação da inferioridade feminina no nosso meio, dentre eles, o mercado de trabalho, o esporte, a política, entre outros. Isso se deve ao fato do olhar prototípico de que a mulher nasceu para desempenhar a reprodução e os cuidados domésticos, enquanto os homens são direcionados ao poder e à produção. Na concepção de Silva (2011, p. 43):

construir novos valores de equidade de gênero, novos paradigmas de convivência social é um desafio a ser enfrentado para que mais mulheres possam definitivamente viver em uma sociedade igual para homens e mulheres.

Nessa perspectiva, para a mencionada autora,

As relações de poder que estruturam e organizam a sociedade que se manifestam nos valores sociais e nas convenções de gênero que se inter-relacionam criando uma rede complexa e dando corpo à problemática da baixa participação das divisões sexuais e raciais do trabalho, que se origina basicamente em uma esfera masculina de tomada de decisões e reproduz preconceito no qual as mulheres não são consideradas para ocupar cargos de poder e decisão. (SILVA, 2011, p. 29)

Nosso projeto se baseia em diferentes autores que abordam a temática da mulher na política, para que, assim, o nosso trabalho tenha um maior realce e coesão. Maísa Vale, nesse sentido, afirma que:

Há muito que se chamar atenção para o estudo sobre a presença das mulheres nos espaços de decisão e políticos, o que se justifica e é, sem sombra de dúvida, um elemento transformador sob diversas óticas, não apenas – como se costuma frequentemente dizer – por uma questão quantitativa (as mulheres são a metade da população) ou por questões essencialistas (“porque cuidam bem dos outros”), mas, sobretudo, pelos próprios interesses das mulheres, visto que os valores predominantes da família patriarcal limitam às mulheres direitos como: o acesso e controle do produto do seu trabalho, o *status* de sujeitos na história, e, até mesmo, o exercício do poder. (VALE, 2012, p. 18)

Podemos perceber na citação acima que a principal causa da existência de desigualdade de sexos e da inferioridade da mulher em diferentes espaços se dá pelo padrão de vida doméstica estipulado a ela, sendo o controle das funções de liderança política e moral destinado aos homens, o que limita as mulheres em seus direitos, pois são vistas, na maioria das vezes, como a dona de casa ou como a esposa das autoridades políticas, deixando seus valores escondidos, sem poder ser ela própria.

2 JUSTIFICATIVA

A participação da mulher nas políticas públicas vem sendo constante nos últimos tempos. Apesar das dificuldades impostas pelo preconceito de gênero, muitas não se deram por satisfeitas por serem vistas como um ícone de fragilidade e inferioridade na sociedade. Assim, enfrentaram todas as barreiras para conquistar seu lugar social, deixando de ser coadjuvantes no mercado de trabalho. Entretanto, é perceptível que ainda existem muitos obstáculos a serem vencidos para que possa existir efetivamente a equidade de gênero nos mais diversos âmbitos.

Desse modo, nosso projeto de pesquisa visa estudar e compreender o grau de desigualdade política entre os sexos no município de Barreira, envolvendo a influência das práticas culturais e econômicas. Isto é, mesmo com o esforço e as lutas enfrentadas pelas mulheres no processo de emancipação política, as causas culturais passadas, no decorrer dos tempos, pela sociedade de que a mulher cabe ao seio domiciliar e o fator econômico que influência no procedimento político servem como forma de retrocesso nas metas profissionais femininas.

A conquista do espaço público pelas mulheres, em destaque o quadro administrativo, dá ao corpo social o *status* de um grupo desenvolvido, isso faz com que se criem, cada vez mais, discursos voltados para a construção de uma igualdade entre os sexos no mercado de trabalho. É notório que a busca por essa equidade de gênero traz novos olhares para qualquer povo que a deseje. Dessa forma, criam-se expectativas em volta do correspondente assunto.

Sendo assim, o devido estudo tem sua relevância na procura por identificar e analisar a existência da inferioridade feminina nos cargos de autoridade do determinado município, em razão de que a maior concentração de mulheres no meio público se dá em secretarias de assistência social, que se ligam à visão de cuidar do outro.

Assim, visto que a figura feminina tem uma numérica representação na área de assistência social, nosso projeto beneficia o incentivo às mulheres para que elas almejem a busca por um maior nível de poder político, para que, assim, elas saiam da condição de suporte aos homens na administração do município e sejam as principais favorecidas de seus próprios esforços, recebendo seu merecido reconhecimento. Também tem a regalia de inserir a mulher barreirense nos diversos âmbitos do meio público, mostrando-lhes um vasto espaço que possam se habituar e predominar da mesma forma que os homens.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

Em meio às desigualdades entre homens e mulheres nos mais diversos âmbitos que regem uma sociedade, este projeto visa analisar a baixa representatividade feminina na política no Município de Barreira - CE, tendo como foco principal a Câmara Municipal de Vereadores, espaço que, nos últimos anos, tem sido representado pela hegemonia masculina. O estudo tem como recorte temporal 1988 a 2000, abrangendo os quatro primeiros mandatos da emancipação política do município.

A partir dos autores utilizados no decorrer do nosso estudo, com foco em Maria Alves e Raquel Viana (2008) e Rosângela da Silva (2011), discorreremos sobre a divisão sexual por papéis. A partir das reflexões dessas autoras, podemos perceber a propagação da exclusão das mulheres no âmbito político, ao mesmo tempo em que as atividades que envolviam o cuidado se desenvolveram como própria da figura feminina, enquanto as atividades econômicas e políticas eram exercidas por homens.

Como consequência, a imagem feminina foi, por muito tempo, associada ao olhar privado, limitado à representação das mulheres nas atividades domésticas, em que era vista como símbolo de submissão e fragilidade. No entanto, é perceptível que, aos poucos, a mulher se inseriu no âmbito público, ocupando espaços que sempre se caracterizaram pela hegemonia masculina. Contudo, elas ainda enfrentam “desigualdades de cargos, funções e salários com relação aos homens” (SILVA, 2011, p. 18), mesmo com a existência de grupos e políticas voltadas para esse tipo de preconceito e distinção, nos levando a pensar na seguinte indagação: o que motivou as mulheres a se incorporarem nos cargos políticos na Câmara de Vereadores do município de Barreira?

Para direcionar a resposta dessa questão, em nosso estudo, procura-se identificar os casos de mulheres que, mesmo em meio às barreiras estipuladas a elas nessa caminhada para a conquista de seus espaços no meio político, conseguiram alcançar essa posição no município. Além da questão acima, para entender esse processo de empoderamento das mulheres nos cargos de vereadores, levanta-se também as seguintes questões: como se deu a participação dessas mulheres na política local? Como se constituiu sua base eleitoral, visto que, na maioria das vezes, sua candidatura tem intuito apenas de completar a lista partidária, resultando na falta de apoio na sua caminhada eleitoral? Diante da realidade da falta de suporte nas candidaturas femininas no município, ao nos depararmos com uma candidatura bem apoiada em um contexto moral e financeiro, qual a probabilidade de esta ser de uma família tradicional na política do

município? Quais aspectos sociais e culturais contribuem para sua eleição? O *status* social tem influência na participação política das mulheres?

Ao longo de todas as dificuldades impostas às mulheres para a realização de uma política mais igualitária, um fator que se destaca é a política de cotas por sexo, que visa a uma maior representatividade feminina na política e que será um pouco mais enfatizada na fundamentação teórica. Vendo a recorrência desse fator, fica a questão: como suas práticas podem perpetuar a participação das mulheres nas esferas de decisão local? A partir da descoberta ou não das práticas de separação de atividades por sexo no município, se pretende estudar como o Conselho Municipal da Mulher pode ajudar na inclusão de ambos os sexos no espaço político, assim: como o conselho pode lutar e desenvolver métodos eficazes contra o preconceito no âmbito legislativo e como pode desenvolver procedimentos contra a inferioridade da mulher na política?

Outras questões a ser pensada nesse vínculo entre ambos os sexos com os papéis a eles determinados diz respeito ao modesto avanço da participação das mulheres na política: o que os eleitores acham sobre os mandatos das mulheres eleitas? Eles gostariam de mais mulheres na posição legislativa? Será que, mesmo com essa evolução política, existe uma rejeição de candidatas nas eleições? Assim, com o parecer positivo, qual seria o nível dessa rejeição?

A figura masculina sempre foi mais favorecida na sociedade. A mulher, por sua vez, tem o anseio de se igualar ao homem quanto ao seu patamar de privilégios, mas o sistema as limita de uma forma que acabam sendo inferiores em determinadas áreas. Assim, se cria um ciclo vicioso, no qual as mulheres são sujeitas ao papel de coadjuvantes, sendo que o homem determina e rege os principais papéis de uma sociedade. Desse modo, é notória a necessidade de se propor meios para se gerar a igualdade entre homens e mulheres na política em curto espaço de tempo, visto que a mulher sofreu por muito tempo a condição de desfavorecida e desprivilegiada da sociedade, não podendo mais permanecer apartada do âmbito político.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVOS GERAL

Analisar a participação das mulheres na Câmara Municipal de Vereadores de Barreira - CE, através do levantamento de dados de candidatas e eleitas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender a cooperação das mulheres na política pública do município de Barreira - CE, considerando a dimensão da sua participação nas tomadas de decisão;
- Verificar uma das atribuições do Conselho Municipal da Mulher que visa à realização de projetos para a inserção da mulher no poder legislativo e executivo;
- Compreender o fato de as mulheres ocuparem um amplo espaço em secretárias e um limitado em cargos eletivos.

5 HIPÓTESE

As mulheres do Município de Barreira - CE têm baixa representatividade na esfera do poder legislativo municipal, ou seja, na Câmara Municipal de Vereadores.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de estabelecer um alicerce para nosso estudo, cujo tema é a mulher na política do município de Barreira, a nossa fundamentação teórica trará consigo um levantamento bibliográfico de autores que abordaram esse tema, proporcionando uma melhor compreensão de como se deu essa inserção da mulher barreirense no meio político.

Nesse ponto, começaremos falando, em um contexto geral, das dificuldades enfrentadas pelas mulheres desde as primeiras lutas na sua vida política até o momento atual, enfatizando quando e como foi dado o pontapé inicial na busca pela equidade de gênero nessa esfera, procurando conhecer os pontos fundamentais da concretização do feminino nesse contexto.

Em seguida, abordaremos a presença feminina no estado do Ceará, depois, falaremos da presença destas no município estudado, dando ênfase sempre à desigualdade de sexos nos cargos eletivos. A partir desses pontos, iremos abordar como se deu a participação das mulheres barreirenses no poder legislativo municipal entre os anos de 1988 e 2000. Logo após, finalizaremos nossa fundamentação com a participação das mulheres nas quatro últimas legislaturas, que ocorreram no espaço de tempo de 2004 a 2016. Mesmo não sendo o nosso foco de estudo, as contextualizaremos para maior compreensão da temática aqui explorada.

6.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 estabelecia a todos direitos iguais. Ela foi o prelúdio para a quebra do pensamento de que a mulher nasceu para ser a esposa dedicada que cuidava dos filhos e de seu marido, possibilitando às mulheres a conquista dos seus direitos. No entanto, não foi tão simples para as mulheres a visibilidade em espaços que sempre foram associados à figura masculina, posto que, muitas vezes a participação das mulheres foi suprida por estes. Coimbra (2011) tem duas explicações para esse fato: a primeira se aplica à ausência de legitimação do feminino no espaço normativo, a segunda se dá pela escassez de mulheres em determinados espaços, palcos dos grandes acontecimentos históricos.

Seguindo nessa linha de pensamento, sabemos das batalhas que as mulheres tiveram de enfrentar para sair do papel de coadjuvantes e conquistar seu espaço na sociedade, uma vez que essa supremacia não existia apenas por gênero ou por parte da ideia de que o homem era superior à mulher, mas também existia uma ascendência entre elas, isto é, as mulheres com melhores condições econômicas, que tinham uma família ligada diretamente à política, tinham

mais facilidade de conquistar seus objetivos e expressar suas ideias, conseguindo cargos políticos através da representatividade de um membro da família já inserido na vida política. Oro (2010) explica esse fato quando diz que, em uma sociedade capitalista, pode-se destacar que o dinheiro e o poder estão diretamente relacionados, acarretando desigualdade social e, principalmente, desigualdade no que se refere a relações de gênero, ou seja, existem desigualdades também em fatores como contexto econômico, étnico e cultural. Analisando o mesmo fator, Barros (2014) afirma que a maioria das mulheres que ocupam cargos de poder político são casadas e muitas delas já possuíram uma trajetória política sendo primeiras dama ou são filhas de políticos tradicionais.

Segundo Noremberg e Antonello (2016), o homem sempre foi considerado o elemento que dirige a esfera pública, que se envolve as relações culturais, sociais e políticas; já a mulher é o elemento que dirige a esfera privada, cuidando da casa e acatando as decisões do homem. As autoras ainda relatam que:

A mulher sempre sofreu a condição de ser submissa, de ser responsável pelo lar, de criar os filhos e cuidar do companheiro; porém, nas últimas décadas, esse quadro tem se modificado e a presença feminina busca novos olhares na sociedade. (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016, p. 3)

A partir dessa afirmação, Noremberg e Antonello (2016) ressaltam que surge uma mulher contemporânea, que vai em busca de direitos iguais tanto na vida profissional como política, que anseia por dar sua contribuição para uma sociedade moderna. Rosangela da Silva (2011) partilha da mesma ideia quando diz que a mulher está saindo da condição de auxiliar no mercado de trabalho e vai se preparando para enfrentar novos desafios e assumir funções mais estratégicas nas cooperações.

Abordando a mesma temática, Maísa Vale afirma que:

Mulheres fugiram à regra, burlaram o discurso de ordem de gênero patriarcal e lançaram-se para além do espaço doméstico, ganhando notoriedade numa área predominantemente masculina, unindo sua voz a de tantas outras que tiveram um papel relevante na sociedade soteropolitana no final do século XX e início do XXI, tornando mais evidente a luta das mulheres em prol da emancipação deste segmento e sua inserção nos espaços de poder político. (VALE, 2012, p. 3)

Não obstante, Silva (2011) reitera que, mesmo diante de muitas barreiras e conquistas no mercado de trabalho, as mulheres ainda enfrentam, no cenário atual, desigualdade de cargos, funções e salários com relação aos homens, sustentando a ideia de que é necessária a equidade de gênero como forma de extinção da exclusão social. Da mesma forma, afirma que apesar de

as mulheres estarem numericamente em igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, elas ainda recebem salários inferiores e dificilmente ocupam cargos de chefia, ou seja, apesar de as mulheres terem conquistado um espaço mais amplo na sociedade, sua participação na política ainda é pequena.

Partindo dessa concepção, Silva (2011) diz que as mulheres raramente estão presentes em cargos que exercem poder político. Nesse sentido, podemos notar que, de certa forma, a mulher ainda está associada ao cuidado com o outro e ocupa atividades ligadas a essa visão, isto é, ela ocupa um vasto espaço em hospitais, escolas e serviços domésticos, já nas esferas de decisão e poder ela ainda tem uma sucinta presença.

Diante da desigualdade de cargos políticos enfrentada pelas mulheres, podemos falar, de forma breve, sobre uma tentativa de soluções para a igualdade de gênero nos espaços de decisão política, que é a política de cotas para as mulheres. A esse respeito Vaz relata que:

A lei de cotas não pode ser vista como uma medida isolada, mas como um instrumento de efeito mais rápido que pode criar condições mais favoráveis à implementação de outras reivindicações femininas. Ademais, o debate que se estabeleceu na sociedade a partir desta lei abre possibilidades para ampliar o número de mulheres nas esferas de poder, contribuindo para tornar mais visível os obstáculos que impedem sua integração à vida política. (VAZ, 2008, p. 56)

Em relação à política de cotas como forma de inserir uma maior representatividade feminina na política, Rosângela da Silva (2011, p. 29) afirma que:

No Brasil, a Lei de Cotas se mostra ineficaz para garantir o acesso maior da presença feminina nas instituições políticas. Além disso, cotidianamente, nos espaços públicos e privados, se reproduz o pensamento de que os cargos de decisão não foram feitos para serem ocupados por mulheres.

Segundo Veras (2013), é importante compreender os diferentes fatores que refletem na baixa representatividade política das mulheres, ou seja, é necessário estar ciente da real perspectiva da política de cotas. Não se pode esperar desse instrumento uma forma de acabar por inteiro com as desigualdades de sexos em cargos políticos, porém, para se ter os resultados esperados, a sociedade carece de procedimentos eleitorais favoráveis às mulheres.

6.2 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO CEARÁ

Antes de dar enfoque ao nosso principal objetivo de estudo, que é a mulher no poder legislativo municipal de Barreira, faz-se importante inteirar-se sobre sua participação na política do estado em que o município estudado se situa.

Semelhante aos demais, no Ceará, a presença feminina na política ainda é tímida. Mesmo com sua inserção nessa esfera, a figura feminina ainda não conseguiu totalizar um elevado número de gestões no estado. Somos sabedores de que a inserção da mulher na política é recente. Esse fato culmina na pouca participação das mulheres na gestão municipal do estado. Para Barros (2014), existe uma tradição masculina na política, promovendo maior experiência dos homens para o cargo político, dessa forma, restam às mulheres administrarem secretárias ligadas a questões de saúde, educação e assistência. Isso expressa uma visão protótipo que determina os papéis sociais cabíveis aos homens e mulheres, sugerindo as habilidades e capacidades de cada sexo.

De acordo com o texto “Mais mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder.” (BRASIL, 2016), no ano de 2016, o estado cearense não tinha nenhuma representante mulher no Senado e nem nas vagas de suplência. Já na Câmara dos Deputados, constavam apenas duas mulheres (Gorete Pereira e Luiziane Lins). Indo para a bancada estadual, dos 46 cargos, somente sete eram ocupados por mulheres e, na Câmara Municipal, constam apenas seis mulheres de 43 integrantes.

Apoiando-se no mesmo texto, podemos ver que, na capital Fortaleza, foi criada a Coordenação Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem como finalidade elaborar e colocar em prática políticas públicas que auxiliem a vida das mulheres nas relações de gênero nos municípios, tendo como base cinco eixos, dos quais dois visam o empoderamento da mulher. O primeiro visa à inclusão e autonomia econômica das mulheres, com o sentido de romper com a divisão sexual do trabalho. Já o segundo tem como finalidade realizar ações que garantam a participação das mulheres nos espaços de decisão.

Essas ações foram pensadas e elaboradas como forma de haver um equilíbrio de gênero nas gestões municipais. Também se faz necessária a quebra da visão padronizada de que a mulher é incapaz de assumir cargos no meio público. Para corroborar com essa questão, Alves e Viana (2008, p. 26) apontam que:

É necessário que haja a elaboração e a proposição de políticas que rompam com preconceitos e discriminações em relação às mulheres, que sejam efetivamente

implantadas e atendam às suas necessidades e demandas por meio de equipamentos sociais que se constituam como espaços de cidadania.

Segundo Pessoa e Viana (apud ALVES; VIANA, 2008), essas condições opressivas que as mulheres enfrentam na desigualdade de funções, levam-nas a condição de reprodução e invisibilidade, quer dizer, ainda hoje a figura feminina é associada e responsável pela gestão da vida doméstica, sendo submetidas à dupla jornada de trabalho, visto que elas são responsáveis pelo trabalho remunerado e também pelos seus afazeres domésticos, fazendo com que muitas desistissem do trabalho remunerado, já que, muitas vezes, o salário não compensava o acúmulo de tarefas. Dessa forma, “o tempo livre para a política, para a participação na vida social ainda é, em certa medida, um privilégio dos homens” (ALVES; VIANA, 2008, p. 45).

6.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS TOMADAS DE DECISÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIRRA - CE

Como já foi abordado anteriormente, o Município de Barreira - CE só teve sua emancipação política em 1987, quando se desmembrou de Redenção. A partir de 1988, o povo barreirense começa a participar das escolhas através do voto para seus representantes para prefeito e vereadores, depositando em seus escolhidos a expectativa de uma cidade nova cheia de lutas e anseio por vitórias.

Segundo o censo do IBGE (2010), a população residente de homens e mulheres no município é de aproximadamente 9.736 e 9.837 respectivamente; porém, mesmo sendo um pouco mais numerosas que os homens, as mulheres estão nitidamente em desvantagens em cargos políticos no município. Desde 1989, quando foi instalado o Paço da Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, as mulheres tiveram poucas participações nas tomadas de decisão.

É notório que as mulheres barreirenses têm uma participação ativa em cargos de secretárias de saúde, educação e assistência social, enquanto os homens são eleitos consecutivamente para cargos de vereadores e prefeitos. Analisando a presença feminina no poder executivo municipal, temos a inferioridade feminina na política ainda mais clara, isso porque nunca se teve sequer candidatas para ocupar o cargo de prefeita na cidade. O mais próximo do feito ocorreu em 1996, quando, pela primeira e única vez até os dias atuais, uma mulher se tornou vice-prefeita da cidade.

Por conseguinte, em meio a essas desigualdades de funções desempenhadas por ambos os sexos, Alves e Viana (2008) explicam que isso se dá pela existência de uma divisão das

tarefas entre os sexos, ocasionando desigualdades de tratamento em relação aos homens, existindo, dessa forma, uma ligação das mulheres com atividades da esfera privada. Silva (2011) também partilha da visão de que existe a divisão sexual dos trabalhos, acrescentando que a escola é responsável por essa transmissão, chegando a conclusão de que cabe ao masculino o exercício de atividades qualificadas e ao feminino resta as atividades menos qualificadas, cabendo a ela o título de incapacitada e frágil em uma sociedade capitalista.

Os processos para avanços da igualdade de gênero na política são lentos, o que dificulta a quebra das barreiras de desigualdade enfrentada pelas mulheres na busca por seu espaço nas esferas de decisões. Tal disparidade é evidenciada constantemente nas legislaturas, onde se tornou frequente presenciar quadros em que são compostas exclusivamente por homens. Outras vezes, as mulheres não têm sua candidatura apoiada tanto no âmbito financeiro quanto moral, ocorrendo com constância casos em que sua candidatura acontece apenas para preencher lista partidária.

Percebemos, assim, que além da visão padronizada de que o âmbito que a mulher deve ocupar é a esfera privada, a carência da presença feminina no meio político também se aplica à falta de apoio a suas candidaturas. Da mesma forma, o fato de as mulheres sempre ocuparem as secretarias de assistência social passa a visão de que, ainda hoje, a figura da mulher é associada a suprir e cuidar das necessidades dos demais. Assim, seu trabalho profissional é visto como complementar às atividades domiciliar.

Para Viana (2008), a discussão acerca da inserção das mulheres no âmbito político não deve rodear apenas as diversas dificuldades que ainda empatam as mulheres de desempenhar sua participação, o que, de certa forma, é relevante, isto é, já somos sabedores de todos os empecilhos nessa caminhada das mulheres até os cargos de chefia. Agora, é tempo de a equidade de gênero na política se fazer presente para uma política cada vez mais justa e igualitária, bem como uma maior representatividade feminina no domínio político. À vista dos fatos, percebemos que o momento é de busca pela coerência do poder feminino na sociedade. A esse respeito, Alves e Viana (2008) relatam que, para que haja uma igualdade no contexto político e sejam supridas as necessidades e demandas sociais, é necessária a elaboração de políticas que rompam com preconceitos e com qualquer tipo de discriminação em relação às mulheres.

6.3.1 Processo Decisório em Barreira: 1988-2000

O recorte temporal de nosso estudo se dá nas primeiras quatro eleições do município (1988-2000), isto é, os únicos mandatos até os dias atuais que tiveram a presença das mulheres na Câmara de Vereadores, o que causa curiosidade, posto que a presença feminina na Câmara de Vereadores se fez mais numerosa em tempos passados, em que o padrão a ser seguida pelas mulheres era de dona de casa e essa forma de preconceito enfrentado por elas era mais presente que os dias atuais.

Vale (2012) destaca que, em épocas passadas, a mulher que saía da ideia padronizada cuja existência se resumia aos cuidados da família era vista como uma mulher que pertencia a todos. Diante disso, percebemos que, apesar de, no momento atual, a figura feminina ainda enfrentar formas de exclusão na sociedade, ela já não é discriminada na mesma proporção que era quando se desvincilhava da esfera privada nos tempos passados, porém essas circunstâncias do avanço da ideia “natural” das habilidades de cada sexo não foram eficientes o bastante para aumentar a representatividade feminina no meio público.

A partir de 1988, com sua emancipação política, o povo barreirense começava a escrever sua própria história. Esse ano ficou marcado na memória da cidade por ser a primeira vez de uma ação eleitoral, momento em que a ansiedade, a esperança e o empenho tomavam conta de uma nova cidade que se formava. Nesse ano, acontecia o primórdio de uma nova etapa, na qual se obteria novas experiências, novas lutas e, acima de tudo, a busca por sua própria identidade. Com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará dos anos de 1988 a 2000, podemos analisar um pouco de como foram compostas as legislaturas das primeiras quatro eleições na Câmara de Vereadores de cada ano político do município.

No ano de 1988, o município teve 56 candidatos de ambos os sexos concorrendo para cargos de vereadores. Desse número, apenas cinco eram do sexo feminino e os outros 51 masculinos, tendo como resultado uma única mulher eleita e 10 homens¹. Por se tratar da primeira eleição da cidade e pelo fato de as mulheres ainda não se encontrarem totalmente engajadas na esfera de decisões política, tal estatística na política local pode ser considerada boa.

¹ Informações obtidas em: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (TRE-CE). **Eleições Anteriores**. 2017. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>>. Acesso: 10 set. 2017.

Em 1992, o povo barreirense exercia pela segunda vez seu papel eleitoral. O clima na cidade já era de uma disputa política acirrada, visto que os primeiros eleitos já haviam mostrado seu trabalho e queriam continuar em seus cargos, enquanto os novos candidatos queriam estar presentes na nova legislatura da câmara de vereadores. Nesse ano, o número de mulheres eleitas subiu, de forma tímida, para dois e, conseqüentemente, as vagas ocupadas por homens diminuíram para nove.

O ano de 1996 foi o que expressou uma maior representatividade feminina em cargos políticos no município até os dias atuais, contudo, foram apenas três mulheres em cargos de poder, uma mais do que nas outras legislações. A cidade contava com uma mulher no cargo de vice-prefeita; já a Câmara de Vereadores continuava contando com duas representantes femininas e nove representantes masculinos. A lista de candidatas subiu para 13, enquanto os homens somavam 32 candidatos.

Nas eleições de 2000, o número de candidatas já diminuía para nove e as candidaturas masculinas aumentaram para 40, entretanto, se manteve a mesma quantidade de cargos por sexo na Câmara.

Diante da pequena ou da não evolução das mulheres nos cargos de vereadores do município nas quatro primeiras legislaturas, surge o zelo para que a mulher se insira nesse meio e, acima disso, se firme nos cargos almejados. Para Silva (2011), o fato de as mulheres terem pouca participação em espaços de poder não é somente em decorrência do limitado acesso à esfera pública, mas também se explica pela divisão de trabalho por sexo e por fatores culturais estereotipados que ligam a figura feminina a trabalhos domésticos, deixando para os homens os papéis de decisão do meio público.

Partindo dessa análise, segundo Torres (2010, p. 5):

O reconhecimento da esfera pública como o lugar da grande política que dá origem à organização e que faz irromper coletividades indenitárias, contribuiu para que as mulheres fossem conquistando seus espaços na sociedade.

Isto é, apesar da baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder não ser efeito somente da sua ausência na esfera pública, foi a partir da inserção delas nessa mesma esfera que elas conseguiram conquistar aos poucos seus espaços na sociedade, os quais, por muito tempo, teve a figura masculina como símbolo maior.

Essas mulheres que conseguiram ser eleitas como vereadoras do município nos transmitem uma amostra de como superar a visão padronizada de que a mulher é o sexo frágil e submissa que rege nossa sociedade e cria barreiras que distanciam as mulheres de estarem em

espaços proporcionais em relação aos homens no meio político. Noremberg e Antonello (2016, p. 6) afirmam que a mulher “necessita de respeito para demonstrar o quanto poderá contribuir para uma sociedade mais próspera e digna”. Assim, ressaltando-se as desigualdades entre o masculino e o feminino no âmbito de poder político, pode-se expressar que os espaços comuns que ambos os sexos ocupam se torna uma chave essencial para a sociedade que almeja se tornar desenvolvida e em constante avanço.

6.3.2 Processo Decisório em Barreira: 2004-2016

Na presença da pequena quantidade de mulheres eleitas na Câmara de Vereadores nos primeiros 16 anos de emancipação política da cidade, manifesta-se, de certa forma, uma preocupação com a área à qual a mulher se submeteu por muito tempo na vida social, levantando, conseqüentemente, à curiosidade de saber se com a tentativa da quebra de paradigmas e com uma sociedade considerada modernizada esse quadro de desigualdade política entre os sexos se equilibrou. Baseando-se nos dados do TRE do Ceará das eleições de 2004 a 2016², é possível perceber que, mesmo com a Contemporaneidade, não se existiu uma evolução em relação ao poder político, existindo, ainda, uma desproporção de cargos de chefia de homens em relação às mulheres no município, já que, nessas eleições, o poder executivo e legislativo municipal se resumia à hegemonia masculina.

Nas eleições de 2004, o número de vereadores diminuiu de 11 para 9 em vários municípios do estado do Ceará. Talvez isso tenha sido prejudicial para a representatividade feminina na câmara da política local, visto que, pela primeira vez, se obteve legislaturas composta totalmente por homens. Foram registradas 54 candidaturas, 12 delas eram interpretadas por mulheres e 42 por homens. No ano de 2008, as candidaturas femininas aumentavam para 14 e as masculinas somavam 41. Mesmo diante do pequeno aumento de mulheres concorrentes, mais uma vez, se presenciou uma supremacia masculina nos cargos de vereadores³.

Nas duas últimas eleições do município, presenciou-se uma quantidade maior de candidatas para o poder legislativo municipal do que em todas as outras, contudo não se obteve resultados diferentes das duas legislações recentes de vereadores. Em 2012, foram 16 mulheres

² Informações obtidas em: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (TRE-CE). **Eleições Anteriores**. 2017. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso: 10 set. 2017.

³ Idem.

em busca do objetivo. Em 2016, esse número subiu para 20 e, mesmo assim, não houve o resultado esperado. Apesar do crescimento de candidatas nas listas partidárias, as mulheres não têm recebido destaque em decorrência da história política, entretanto elas não querem receber o papel de principal importância nesse meio, elas só querem respeito e o seu devido reconhecimento para se firmar nos cargos de poder.

Mesmo com a incorporação feminina aos cargos políticos, são notórias as condições de desigualdade nesse meio, porém:

Imaginar que as mulheres são ainda majoritariamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico, pela gestão da vida cotidiana, da família, e submetidas à dupla ou tripla jornada, dá-nos pistas de como, na prática, a participação de mulheres e homens está calcada na desigualdade. (VIANA, 2008, p. 44-45)

Segundo Vale (2012), as desigualdades entre os sexos no meio político permanecem quase que inalteradas, porém não são apenas as desigualdades entre os sexos opostos, mas também de mulheres e mulheres no acesso ao poder, requerendo um grau de reflexões que visem à quebra dessa diferença. Para a figura feminina chegar a ocupar um cargo político sem pertencer a uma família tradicional engajada politicamente, é necessário se empenhar duas vezes mais. Isso porque a mulher foi passada para trás durante muito tempo pelo preconceito, pela história e pela forma como tudo aconteceu. Isto é, ou a mulher se dispõe a batalhar o dobro para se chegar ao topo político ou ela não consegue sair do meio doméstico, é uma questão de lutar pela igualdade que se almeja ou aceitar o que está na sua realidade: a ideia padrão e ultrapassada de que a mulher é incapaz de estar no ápice da vida pública.

7 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa busca analisar a representatividade das mulheres na Câmara de Vereadores no município de Barreira. Para a realização deste estudo, será utilizada a pesquisa qualitativa e seus variados métodos para um melhor resultado no processo de análise, dentre eles, questionários, observação e entrevistas com as mulheres que conseguiram se inserir nos cargos legislativos da cidade, visto que o método qualitativo busca examinar através do estudo das ações sociais, grupal ou individual, formando um trabalho analítico, como relata John Creswell (2011, p. 26) a seguir.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Também utilizaremos a pesquisa quantitativa para dar ênfase aos números da representatividade feminina na Câmara de Vereadores, assim, com o uso de dados, serão feitas as comparações dos pleitos eleitorais. Dessa forma, esse método contribui para melhor compreender tamanha desigualdade política, destacando-se, aqui, a desigualdade de cargos legislativos entre os sexos no município.

A metodologia proposta para este projeto inclui a observação da existência, ou não, de incentivos na candidatura das mulheres por parte dos demais integrantes do município, também contando com relatos das experiências obtidas por elas em suas participações. O estudo também projeta a ocorrência de uma observação de forma participativa em períodos contínuos nas eleições no andamento da pesquisa para compreender melhor o que ocorre durante a campanha eleitoral das candidatas, para que a reflexão dessa observação possa se tornar útil na solução das desigualdades existentes por sexo na esfera de chefia da comuna.

Para interpretar da melhor forma o conhecimento em relação à inferioridade feminina nos cargos políticos na cidade de Barreira, se faz necessário estabelecer um sistema, conforme descrito se seguir. O primeiro ponto é uma pesquisa bibliográfica para a contextualização do nosso objeto de estudo, também serão levantados alguns dados documentais sobre as mulheres candidatas e eleitas na história política do município. Segundo Gil (2010, p. 66), “as fontes documentais são muito mais numerosas e diversificadas, já que qualquer elemento portador de dados pode ser considerado documento”. O segundo ponto se dá em entrevistas de forma livre

com as mulheres políticas e com os principais candidatos envolvidos, dando-se enfoque à observação dos comportamentos e do respeito a elas dentro do ambiente de trabalho entre ambos e da autonomia das mulheres neste local em relação aos homens. A terceira fase se dá através de questionários com a população barreirense sobre a satisfação com as vereadoras, para que se possa fazer uma reflexão acerca do que possibilita a inferioridade feminina no meio político e se possa, assim, identificar meios de intervenção e respostas para o problema. De acordo com Gil (2010), essa modalidade de entrevista aberta se dá por meio de questões predeterminadas, mas com ampla liberdade para respondê-las.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas públicas para as mulheres de Fortaleza**: desafios para a igualdade. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05932.pdf>>. Acesso: 13 jun. 2017.

BARROS, Fabiana Ximenes. Representações sobre a política e gênero no governo municipal do Ceará. Perspectiva feministas de gênero: Desafios no campo da militância e das práticas. In: 18º Redor, Recife, nov. 2014. **Anais...** Núcleo de Pesquisa Ação Mulher e Ciência (NPAMC) - UFRPE; Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), UFPE, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Mais mulheres na política**: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

COIMBRA, Patrícia. **Direito das mulheres pós-constituição**: um estudo descritivo. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2011.

CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barreira/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **Panorama**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barreira/panorama>>. Acesso em: 27 out. 2017.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. **A trajetória feminina na política**. In: Seminário Nacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 12, 2016. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14579/3279>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ORO, Mara. Analisar a participação do gênero feminino em cargos representativos no município polo do extremo oeste de Santa Catarina - São Miguel do Oeste. In: Fazendo gênero: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 9, ago. 2010. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298760ARQUIVO ArtigoFazendoGenero-Mara.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298760ARQUIVO%20ArtigoFazendoGenero-Mara.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2017.

PESSOA, Cleudes; VIANA Raquel. O trabalho das mulheres: Caminhos para a autonomia. In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas públicas para as mulheres de Fortaleza: desafios para a igualdade**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05932.pdf>>. Acesso: 13 jun. 2017.

SILVA, Rosangela da. **Mulher e poder: relações de gênero nas instituições de defesa e segurança nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (TRE-CE). **Eleições Anteriores**. 2017. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso: 10 set. 2017.

TORRES, Iraildes Caldas. Intolerância de mulheres líderes de movimentos sociais/sindicais no governo de Gilberto Mestrinho, no Amazonas. In: Fazendo gênero: Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 9, ago. 2010. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277951466_ARQUIVO_IntoleranciademulhereslideresdemovimentossociaisIraildes.pdf>. Acesso: 12 set. 2017.

VALE, Maísa Maria. Mulher na política local: Reflexões sobre a gênese da desigualdade de gênero em Salvador. In: Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero, 17, 2012. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/196/85>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política Brasileira: a lei de cotas**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5813>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VERAS, Gabriella Galdino. **A representação feminina na política Brasileira: análise sobre a efetividade da cota de gênero prevista na Lei 9.504/97**. Monografia (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5139/1/RA20505675.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.